

Assinatura Eletrônica Avançada

Posted on 19/04/2024 by Cynthia Aurora

[Índice \[exibir\]](#)

Introdução

A assinatura eletrônica avançada é meio de comprovação da autoria e da integridade de documentos em forma eletrônica.

Histórico

A Medida Provisória nº 2.200-2/2001, Art. 10, § 2º dispõe o seguinte: “O disposto nesta Medida Provisória não obsta a utilização de outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica, inclusive os que utilizem certificados não emitidos pela ICP?Brasil, desde que admitido pelas partes como válido ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento.”

Assinar documentos de forma digital deixou de ser inacessível e se tornou algo indispensável para empresas de qualquer porte e setor. A adaptação para o mundo virtual já era uma tendência e ganhou ainda mais força com a pandemia do novo corona vírus.

Em 2020, a MP 983, convertida na lei 14.063, criou uma nova convenção para as assinaturas. Agora, todas elas são chamadas de assinatura eletrônica e estão divididas em três modalidades:

- simples
- avançada
- qualificada

O principal reflexo disso no Brasil é a Lei 14.063, em vigor desde setembro de 2020, que tem como uma das principais novidades a opção da assinatura eletrônica avançada. Esta nova modalidade de assinatura facilitou esse processo e trouxe diversas possibilidades de uso para empresas.

A iniciativa do Governo Federal permitindo a democratização do exercício da cidadania digital no âmbito do poder público, dentro do gov.br, estabelecendo o uso das assinaturas eletrônicas avançadas, baseados no padrão consagrado pela União Europeia (Regulamento nº 914 – eIDAS – vide a norma), e possibilita a adoção ampla e mais segura dos serviços digitais na esfera pública.

Papel do ITI

A partir da publicação da MP 983, o ITI – Instituto Nacional da Tecnologia da Informação ganha novas atribuições. Essas lhe permitirão atuar no âmbito de pesquisas, atividades, normas dos poderes públicos relacionados à criptografia, às assinaturas eletrônicas, à identidade eletrônica e tecnologias correlatas, como blockchain.

Ademais, o ITI proverá uma nova plataforma, segregada da infraestrutura da ICP-Brasil, para o serviço de assinaturas eletrônicas avançadas nas aplicações e canais de acesso do governo, como o gov.br, ampliando sua atuação na esfera pública, proporcionando o acesso dos cidadãos aos componentes seguros (criptográficos), fundamentais para a proteção das transações digitais no âmbito público.

Conceitos

Assinatura eletrônica simples

- Não permite identificar o signatário de forma inequívoca e não utiliza um certificado digital
- Associa dados eletrônicos – como por exemplo a geolocalização – para dar segurança
- Tem menos tecnologias de segurança de dados
- É utilizada em documentos com menos criticidade ou risco, como marcação de consultas médicas e requerimento de informações

Assinatura eletrônica avançada

- Exige tecnologias que assegurem a associação inequívoca dos dados assinados com a identidade
- Pode utilizar o certificado corporativo avançado, que utiliza as mesmas tecnologias de verificação de proteção de dados que a ICP-Brasil, e biometria

- Tem mais abrangências que a simples e menos que a qualificada
- Indicada para documentos que envolvem informações de maior criticidade ou risco: contratos corporativos, alteração e encerramento de empresas, acesso a documentos e atualização de cadastros

Assinatura eletrônica qualificada

- Deve usar certificado digital reconhecido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira, a ICP-Brasil
- Modalidade já era permitida e regulamentada desde 2001, pela MP 2.200
- É válida para qualquer documento ou transação
- Indicada para documentos que tenham alto grau de criticidade ou risco
- Obrigatória para: atos assinados por chefes de poder, interações que envolvam sigilo constitucional, legal ou fiscal; notas fiscais eletrônicas e transferências de bens ou imóveis
- Essa nova classificação foi criada para simplificar e facilitar a verificação de assinaturas, mas é importante ressaltar que essa lei regulamenta as assinaturas digitais do setor público, e desde então vem sendo utilizada como norte também no setor privado.

Comparativo de assinaturas eletrônicas	
simples 	<ul style="list-style-type: none">• São as autenticações em sistemas feitas por um usuário cadastrado (dos tipos: biometria, login/senha, correio eletrônico, confirmação de "aceite os termos", confirmação de código pelo celular, entre outros);• Anexa ou associa dados a outros dados em formato eletrônico pelo signatário, sem o uso de métodos e procedimentos matemáticos (criptografia) que incidem diretamente no conteúdo ou representação única de um documento eletrônico; e• O documento eletrônico depende do sistema de autenticação.
Avançada 	<ul style="list-style-type: none">• São as assinaturas que utilizam métodos e procedimentos matemáticos (criptografia) que incidem diretamente no conteúdo ou representação única de um documento eletrônico;• Deve estar associada ao signatário de maneira unívoca;• Não utiliza procedimentos rígidos de auditoria, fiscalização e credenciamento de entidades e• Está relacionada aos dados associados e esta assinatura de tal modo que qualquer modificação posterior possa ser detectável.
qualificada 	<ul style="list-style-type: none">• Utiliza-se de processos de certificação digital da ICP-Brasil, com procedimentos rígidos de credenciamento, auditoria e fiscalização das entidades;• São as assinaturas que utilizam métodos e procedimentos matemáticos (criptografia) que incidem diretamente no conteúdo ou representação única de um documento eletrônico;• São produzidas por elementos criptográficos seguros de assinatura;• Requer identificação forte do usuário;• Está relacionada aos dados associados e esta assinatura de tal modo que qualquer modificação posterior possa ser detectável.

ASCOM ITI

Imagem 1 – Comparativo de tipos de assinaturas eletrônicas

Para atender a demanda de processamento de Assinatura Eletrônica Avançada de documentos eletrônicos e com o objetivo de agilizar, reduzir custos, desburocratizar e prover segurança de autenticidade e integridade e não-repúdio a Procergs pesquisou várias alternativas de solução e escolheu o provedor de assinaturas do gov.br, pois este possui um alto nível de segurança na identificação do usuário e além disso, possui o aporte tecnológico aderente aos requisitos estabelecidos pelas aplicações providas pela Procergs à Administração Pública Estadual.

VANTAGENS

- A agilização dos processos administrativo com o cidadão, com automatização de processos.
- Redução de custos para o cidadão.
- Redução de custos da Administração Pública Estadual.
- Maior segurança em procedimentos realizados pela internet pelo cidadão.

- Pode ser utilizado em todas as plataformas Windows, Linux ou Mac.
- Não há necessidade de configuração prévia na estação de trabalho.
- A solução pode ser utilizada em dispositivo móvel (Android ou iOS) para assinatura de documentos e autenticação.
- A segurança e controle das transações se dará através do PSC-Provedor de Serviço de Certificação Gov.Br
- Não há necessidade da instalação de aplicação no dispositivo no qual será realizada a assinatura com o certificado do Gov.br.
- O procedimento de emissão do certificado é automático. Diferente do processo de emissão de certificados pela cadeia da ICP-Brasil.

Requisitos do gov.br

REQUISITOS PARA O USUÁRIO

- Ter certificado digital gov.br e deve possuir nível prata ou ouro de identificação.
- Ter um computador ou dispositivo móvel, celular, pode ser Android ou IOS.
- Acesso a internet.
- O usuário deve entender os processos para que possa realizar o cadastramento e inclusão nos níveis no gov.br.

REQUISITOS PARA INTEGRAR A APLICAÇÃO

- Para que a aplicação utilize o processo de assinatura eletrônica avançada é necessário que a aplicação realize o procedimento de Login – autenticação no gov.br conforme a definição que consta no manual de integração.
- É premissa de toda aplicação, que irá consumir os serviços da API de assinatura avançada, estar integrada à plataforma de autenticação digital do Cidadão – Login Único.
- O Provedor gov.br solicita a informação do órgão ou entidade consumidora das APIs de assinaturas eletrônicas avançadas e **da descrição do serviço, da volumetria anual estimada da quantidade de documentos que serão assinados e da sazonalidade da efetividade de assinaturas.**

Requisitos integração Procergs

- A aplicação deve ter integração com o serviço de assinatura eletrônica avançada pelos componentes fornecidos, tanto para a plataforma Java como .Net, e estar aderente as regras estabelecidas.
- O uso de assinatura eletrônica avançada deve ser realizado em procedimentos e atendimentos que envolvam o cidadão. **Não deve ser utilizado para processo administrativos internos** da Administração Pública Estadual. Esta orientação é oriunda do governo federal.
- O Provedor gov.br solicita a informação do órgão ou entidade consumidora das APIs de assinaturas eletrônicas avançadas e **da descrição do serviço, da volumetria anual estimada da quantidade de documentos que serão assinados, da sazonalidade da efetividade de assinaturas**. Esta informação deve ser passada por meio de uma **REQ** requisição em nossa plataforma de atendimento de serviço.
<https://atendimento.procergs.rs.gov.br/>, por meio da requisição **Outros.Solicitar.assinatura eletrônica GOV.BR**, que será o responsável por reunir e repassar as informações ao provedor gov.br .
- A **REQ – Requisição de Serviço** deve ser feita quando for iniciado o desenvolvimento da aplicação. As configurações necessárias para que a aplicação se integre ao componente serão liberadas, somente, após à aprovação da REQ.
- A Procergs informará ao provedor Gov.Br. baseada nas quantidades estimadas por cada uma das aplicações usuárias da assinatura eletrônica avançada. A informação deve ser enviada antecipadamente, sempre que tiver informação prévia, acerca de aumento representativo da demanda informada quando da habilitação inicial, sob pena de **ter o acesso desabilitado** para não prejudicar as demais aplicações habilitadas.
- O provedor govbr pede que quando houver previsão de uma demanda maior que esta seja informada. **Informar o período de aumento da demanda, caso possa ocorrer**.
- A aplicação deve trabalhar de acordo com o Decreto Nº 56671 DE 26/09/2022 – Rio Grande do Sul, que regulamenta os tipos de assinaturas que têm efeito no meio eletrônico.

Arquitetura da Assinatura Eletrônica Avançada

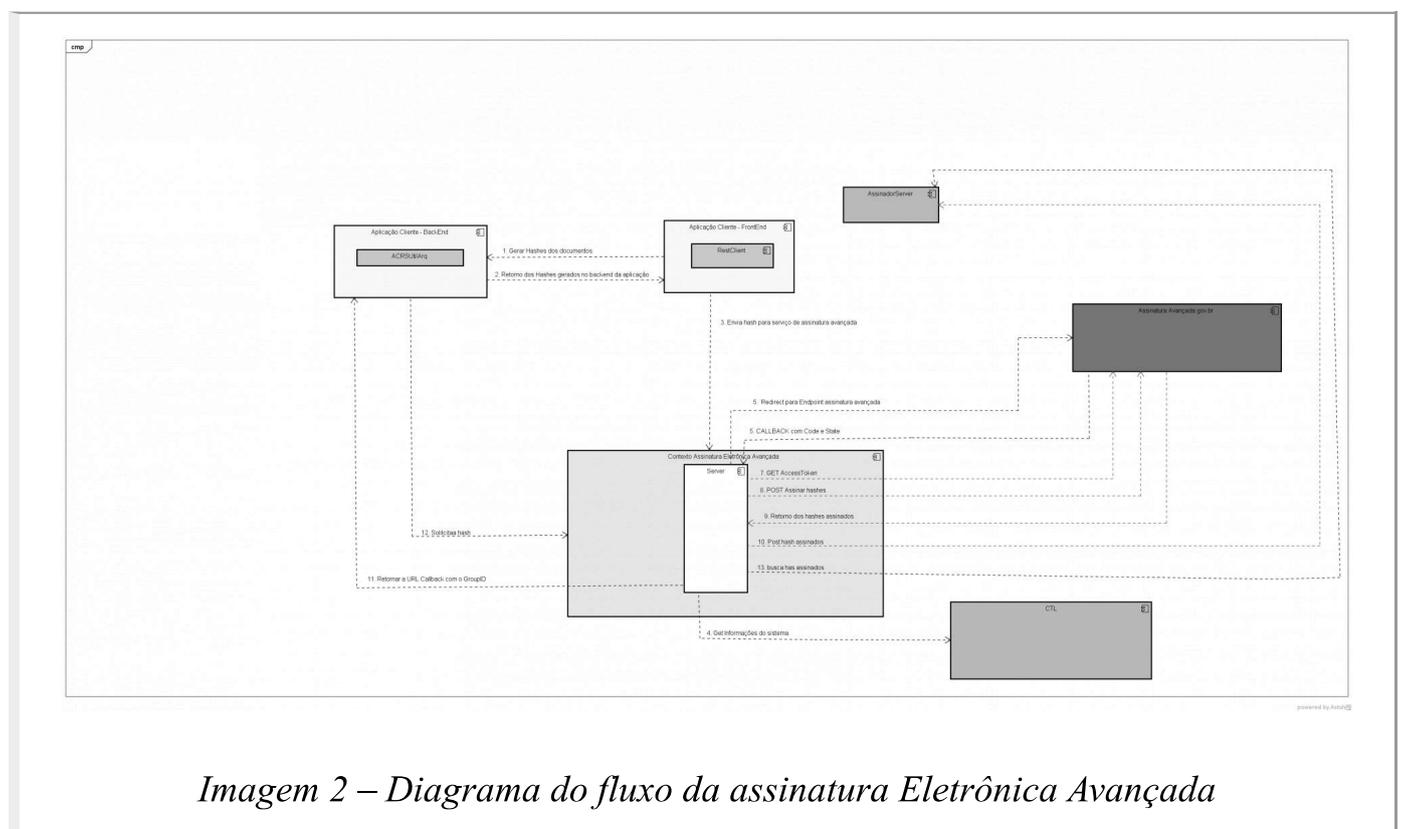
A arquitetura provida para o uso assinatura eletrônica avançada segue a mesma estrutura utilizada nos procedimentos de assinatura com certificados digitais. Desta forma, as aplicações continuarão utilizando os componentes de apoio, ACRSUTILARQ ou ACRSUTILARQFLAT , para o preparo do documento a ser assinado. O componente de apoio ACRSUTILARQ deverá ser utilizado para a geração do *hash* que será enviado para a assinatura e no retorno do *hash* assinado para a verificação e visualização do documento assinado.

Fluxo do Oauth 2.0

O acesso aos certificados digitais do Gov.br é semelhante ao acesso aos certificados em nuvem. A diferença está que no primeiro acesso há a geração do certificado, se o usuário tiver nível prata ou ouro na identificação perante ao registro do Gov.br

Há o uso do protocolo Oauth2.0, conforme o regulamentado na instrução Normativa Nº 6 do ITI de 16 de abril de 2018. A integração com todos provedores de certificado para a assinatura eletrônica deverá seguir o mesmo fluxo, que é estabelecido pelo ITI. Os padrões definem como as aplicações devem se integrar com a plataforma Gov.br ou outra que venha surgir, para que o acesso aos certificados para assinatura eletrônica avançada se dê da mesma forma. Os certificados digitais do Gov.br ficam armazenados em um placa criptográfica, HSM-Hardware Security Module de um Provedor.

O detalhamento deste fluxo tem como objetivo demonstrar como é realizado o processo de acesso ao certificado pela infraestrutura desenvolvida para apoiar a integração com as aplicações da Procergs.



Segue o fluxo do *OAuth 2.0* , que aplicação cliente da infraestrutura da Procergs realiza para o uso do certificado de assinatura eletrônica avançada. Estão descritas as interações entre as partes:

1. A aplicação cliente solicita para o contexto de certificação digital a realização de uma assinatura eletrônica.
2. O contexto de certificação digital redireciona para a plataforma Gov.br.
3. A plataforma Gov.br fica com o controle do processo. No primeiro acesso do usuário, se ele tiver o nível prata ou ouro, um certificado digital é emitido para o cidadão.
4. Caso o cidadão tenha o nível bronze a plataforma Gov.br retornará uma exceção repassando a seguinte mensagem Http Code: 403 Erro: Cidadão não possui a identidade (Prata ou Ouro) necessária para uso da assinatura eletrônica digital.
5. Com o certificado na mão há um pedido de autorização feito diretamente para o proprietário do certificado para seu uso com envio de um código para o cidadão autorizar o uso do certificado.
6. Após a autorização na plataforma Gov.br, o contexto de certificação digital recebe uma concessão de autorização (*CODE*), que é uma credencial representando a autorização do proprietário do certificado.
7. O contexto de certificação digital solicita um *token* de acesso apresentando o código de autorização(*CODE*);
8. O servidor de autorização autentica o cliente e valida a concessão de autorização e, se for válido, emite um *token* de acesso;
9. O contexto de certificação digital utiliza esse *token* para realizar uma (ou várias) assinatura(s).

Como iniciar processo de assinatura avançada

CADASTRO DAS APLICAÇÕES

Para que as aplicações utilizem o serviço de Assinatura Eletrônica Avançada, deve ser realizado um cadastro prévio. Para isso, deve-se enviar uma solicitação de cadastro para o e-mail certificacaodigital@procergs.rs.gov.br com as seguintes informações:

- **Sigla do Sistema**
- **Chave** – Se a aplicação já utiliza o Assinatura Digital, passar a chave atual, caso contrário, será gerado uma nova chave.

- **Urls de callback** – URLs de *callback* que serão utilizadas para finalizar o processo de assinatura.

REQUISITOS DE VERSÕES DE COMPONENTES

- **Utilize a última versão disponível do ACRSUTILARQ.**

Para uso da tecnologia de assinatura eletrônica avançada foi elaborada uma arquitetura semelhante a arquitetura de certificação em nuvem pois, a infraestrutura do provedor Gov.br é semelhante a infraestrutura e os processos necessário para integração da aplicação cliente com a aplicação de infraestrutura de backend Procergs é similar.

Arquitetura para as aplicações

O fluxo para as aplicações efetuarem uma assinatura está descrito na imagem abaixo:

1. A aplicação cliente irá realizar um POST para o nosso contexto de certificação, passando todos dados referente a uma assinatura eletrônica avançada.
2. O contexto de certificação irá processar os dados e gerar uma URL para a interface do assinadorservices para as aplicações realizarem o *redirect*, caso a aplicação cliente utilize algum tipo de assinatura além da Avançada;
3. Quando todo fluxo do OAuth2.0 entre o provedor Gov.Br e o contexto de certificação estiver concluído, o contexto de certificação irá chamar a URL de *callback* da aplicação cliente com o groupID (code) da transação;
4. A aplicação cliente, usando esse groupID (code), efetuará um GET para buscar os *hashes* dos arquivos assinados que estarão armazenados no contexto de certificação digital da Procergs;
5. De posse dos *hashes* assinados, o fluxo de verificação da assinatura e armazenamento seguem sendo os mesmos já utilizados nas aplicações atualmente.

OBTENDO TOKEN DA APLICAÇÃO

Aplicações que já utilizam o AssinadorFX devem utilizar a mesma chave que foi fornecida pela equipe de Certificação Digital. Para as aplicações que vão utilizar pela primeira vez a tecnologias de assinatura eletrônicas, enviar um e-mail para certificacaodigital@procergs.rs.gov.br solicitando a chave.

Obs.: Além do token, é feito o cadastro para o uso da assinatura eletrônica avançada, este só é realizado após o envio da REQ por meio de nossa plataforma de serviços USD

<https://atendimento.procergs.rs.gov.br/>, requisição **Outros.Solicitar.assinatura eletrônica GOV.BR**. Somente após este cadastro é possível realizar os acessos para integração com a plataforma Gov.Br.

GERANDO HASH DE UM ARQUIVO

Abaixo um exemplo de como gerar o hash de um arquivo que será enviado no JSON. **O Hash do arquivo deve ser gerado no servidor.**

```
1 import com.acrs.utilArq.UtilArqExtrai;
2 import com.acrs.utilArq.UtilArq;
3 public void geraHash() throws UnsupportedEncodingException{
4
5
6
7     byte[] arrayDocumento = null; // Buscar array de bytes do arquivo a ser assinado
8         String nomeArquivo = ""; //Nome do arquivo
9         UtilArqExtrai utilArqExtrai = new UtilArqExtrai(arrayDocumento, nomeArquivo);
10        String resumo = utilArqExtrai.getXMLResumo();
11        String hash = UtilArq.codificaByteParaString(resumo.getBytes("UTF-8"));    }
```

MONTANDO JSON PARA ENVIO

Deve ser enviado o seguinte JSON para o contexto de certificação:

- **documento** – Informar CPF para assinaturas dos usuários do Gov.br;
- **sistema (obrigatório)** – Sigla do sistema
- **urlCallback (obrigatório)** – URL de callback da aplicação. Após o processo de assinatura, a aplicação de Certificação irá chamar essa URL passando o atributo groupID;
- **escopo (obrigatório)** – Informar os valores ASSINATURA

```
1 {
2     "documento": "",
3     "urlCallback": "http://localhost:4200/assets/retorno.html",
4     "restricao": "AVANCADA"
5     "iss": "TST" // sistema emissor do token
6     "iat": 1662482919116 // Long que representa a data/hora de geração do token, pode ser obtido com
7     "arquivos": [
8         {
9             "fileId": "1",
10            "docName": "DECRETO Nº 10.543, DE 13 DE NOVEMBRO DE...MBRO DE 2020 - DOU - Imprensa Nacional.p
11            "fileHash": "PD94bWwgdmVyc2lvcj0iMS4wIiBlbmNvZGluc2Z0iVVRGLTgiPz4NCjxoYXNoPg0KICA8U0hBMjU2IG5vb
12        }
13    ]
```

DEPENDÊNCIAS NECESSÁRIAS

Maven

```
1 <!-- Dependência de certificação para auxiliar durante o processo -->
2 <dependency>
3 <groupId>com.acrs</groupId>
4 <artifactId>ACRSUtilArq</artifactId>
5 <version>1.6.11</version>
6 </dependency>
7 <!-- JWT -->
8 <!-- Sugestão: Dependência para gerar o JWT -->
9 <dependency>
10 <groupId>com.nimbusds</groupId>
11 <artifactId>nimbus-jose-jwt</artifactId>
12 <version>9.11.1</version>
13 </dependency>
```

Obs.: Verificando incompatibilidade de dependências do componente ACRSUTILARQ e aplicação cliente, envie e-mail para certificacaodigital@procergs.rs.gov.br solicitando apoio para solucionar a questão. Um exemplo de dependência que pode gerar incompatibilidade é a library do ITEXT.

GERAR JWT

Para enviar o JSON gerado para o contexto de certificação?? cerservices (assinadoservices)?? é necessário assiná-lo. Segue abaixo um exemplo de código para assinar o JSON e outro para verificar a assinatura.

```
1 public String assinarJWT( String chaveAplicacao, String json) {
2     try {
3         String jwtKey = UtilCrypto.getCryptoToken(chaveAplicacao);
4         log.debug("Assinando JWT. Secret: {} Json: {}" ,jwtKey, json);
5         // Criando objeto JWSSigner com algoritmo HMAC256
6         JWSSigner signer = new MACSigner(jwtKey);
7         // Preparando objeto JWS com json de payload
8         JWSObject jwsObject = new JWSObject(new JWSHeader(JWSAlgorithm.HS256), new Payload(json));
9         // Assinando objeto JWS
10        jwsObject.sign(signer);
11        return jwsObject.serialize();
12    } catch (JOSEException e) {
13        throw new GenericException("Erro ao assinar JWS com HMAC256. Erro: " + e.getMessage(), e);
14    }
15 }
16 }
```

EXEMPLO JWT

Header

- Content-Type : (string) application/json

Body:

Informar o JWT gerado.

Resultado da solicitação

SOLICITAÇÃO VÁLIDA (SUCESSO): 200

Se a solicitação estiver válida, o contexto de assinatura irá retornar a lista de hashes assinados.

- `fileId` – Irá retornar o ID do arquivo que foi informado no JSON enviado no início do processo de Assinatura.
- `fileHashSigned` – Irá retornar o hash assinado do arquivo

Exemplo de JSON:

```
1 | JsonReader jsonReaderMensagem = Json.createReader(new StringReader(retorno));
2 |         uriRetorno = jsonReaderMensagem.readObject();
3 |         uriRedirect = uriRetorno.getString("uri");
```

```
1 | {"uri":"https://cas.staging.iti.br/oauth2.0/authorize?response_type=code&scope=sign&client_id=devLoca
```

COMO BUSCAR OS HASHES ASSINADOS

Após o processo de assinatura finalizar, o contexto de assinatura irá retornar na URL de callback passada no POST para iniciar o processo, um novo parâmetro, `code`.

Exemplo da url de Callback:

```
1 | https://secweb.des.intra.rs.gov.br/rda/mod-tarefa/tarefadocumento-form.xhtml?
2 | code=9005&idTarefaInstancia=2101525&groupId=942e8e2e8958b151be32834a6efeb0115da9cecc71f0c2ca822bcbcf5
3 | 036c375973c4d397ea12a6d3fcf3cf324906a0011ed72f9d7a8c85a
```

Recebendo este `code`, as aplicações devem buscar os hashes assinados, conforme descrito abaixo, e finalizar o processo de assinatura.

CHAMADA GET /ASSINADORSERVICES/HASHES/<CODE>

Depois de obter o retorno no callback, a aplicação deve buscar os hashes assinados, para isso, ela deve fazer uma chamada GET para o endpoint /assinadorservices/hashes/ informando o `code` recebido como parâmetro na query. Além disso, deve encaminhar o `code_verifier` gerado na primeira requisição.

Realizar um GET para:

- **Homologação:** <https://sechml.procergs.com.br/assinadorservices/rest/hashes/<code>>
- **Produção:** <https://secweb.procergs.com.br/assinadorservices/rest/hashes/<code>>

```
1 curl --location --
2 request GET "https://sechml.procergs.com.br/assinadorservice/rest/hashes/<code>942e8e2e8958b151be3283
3 c2ca822bcbcf54da64f4676eef3a3036c375973c4d397ea12a6d3fcf3cf324906a0011ed72f9d7a8c85a?code_verifier=</
4 vN3q8DCJyy8rX_NZ41DnPaBHje0KLHsJgMnE<code>" \
5 --data-raw ""
```

Resultado da solicitação

SOLICITAÇÃO VÁLIDA (SUCESSO): 200

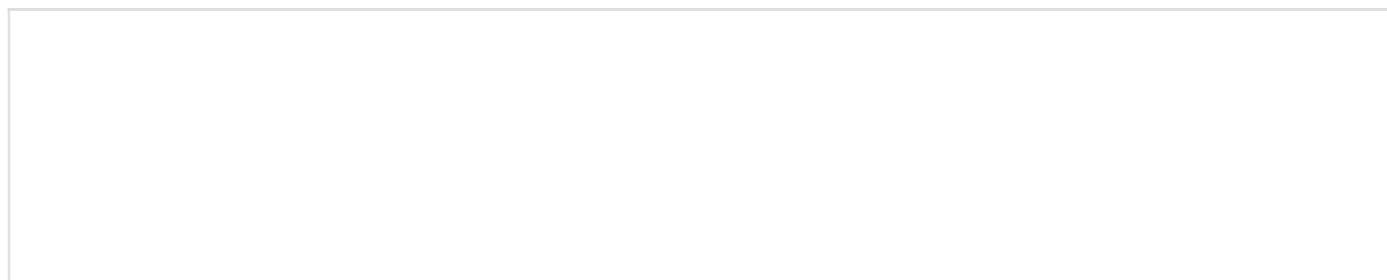
Se a solicitação estiver válida, o contexto de certificação (cerservice) retornará a lista de hashes assinados.

- `fileId` – Irá retornar o ID do arquivo que foi informado no JSON enviado no início do processo de Assinatura.
- `fileHashSigned` – Irá retornar o hash assinado do arquivo

Exemplo de JSON:

```
1 [
2   {
3     "fileId": "1",
4     "fileHashSigned": "MIAGCSqGSIb3DQEHAqCAMIACAQExDzANBg1ghkgBZQMEAgEFAD CABgkqhkiG9w0BBwEAAKCAMIIG
5   }
6 ]
```

Exemplo processamento dos arquivos assinados recebidos



```

1 // carrega o arquivo original
2 File arquivoOriginal = new File("...");
3 // itera sobre o retorno do contexto de certificação
4 JsonReader jsonReaderMensagem = Json.createReader(new StringReader(retorno));
5     JSONArray arquivos = jsonRetorno.readArray();
6         for (int i = 0; i < arquivos.size(); i++) {
7
8             // para cada arquivo assinado utiliza-se um arquivo temporário
9             String signedFileHash = arquivos.getJSONObject(i).getString("fileHashSigned");
10            File arquivoTemporario = new File("...");
11
12            // decodifica a assinatura para um array de bytes
13            UtilIO.gravaArquivo(UtilArq.decodificaStringParaByte(signedFileHash), arquivoTemporario);
14
15            // empacota o arquivo original e o arquivo temporário a fim de extrair o PKCS7 das a
16            UtilEmpacota utilEmpacota = new UtilEmpacota(arquivoOriginal, arquivoTemporario);
17            byte[] pkcs7Empacotado = utilEmpacota.getPKCS7();
18            UtilArqExtrai arq = new UtilArqExtrai(new ByteArrayInputStream(pkcs7Empacotado));
19
20            // decodifica o array de bytes para string para verificação da assinatura
21            String pkcs7 = UtilArq.codificaByteParaString(pkcs7Empacotado);
22            String resumo = arq.getXMLResumo();
23            String xml = new PRAssinadorWSCClient(new URL(prassinadorws))
24                .verificaPKCS7Sistema(resumo, pkcs7, sistema, EscopoAssinatura.AVANCADO);
25            String chave = "...";
26            String url_visualizacao = "....";
27
28            String XMLCRC = UtilPDF.getXMLVisualizacaoCRC(chave, url_visualizacao);
29            InputStream inputStream = arq.getDocumentoVisualizacao(xml, true, XMLCRC);
30            ... destina arquivo de visualização

```

Exemplo de visualização do arquivo assinado

```

1 // Verifique na documentação no componente ACRSUTILARQ qual o método de visualização mais adequado pa
2 UtilArqExtrai utilArqExtrai = new UtilArqExtrai( );
3 InputStream docFormatado = utilArqExtrai.getDocumentoVisualizacao(
4     <String xmlAssinatura> <boolean flagRodapPaginacao>
5     <String chave>, <int numeroPagina>
6     <String qrCodeMsg>, <String endereco>);

```

Solicitação inválida (Erro)

Se a solicitação for considerada inválida, o contexto de assinatura irá retornar um **JSON** contendo a mensagem referente ao problema e um **status code de erro**.

IMPORTANTE: Qualquer erro que for registrado durante o processo de assinatura será retornado nesta consulta.

Principais erros retornados:

```
1 Status: 400 Bad Request
2 {
3   "mensagem":"Erro ao iniciar processo de assinatura.",
4   "mensagemDetalhada":"As URLs de callback informadas na requisição são desconhecidas ou não estão
5 }
```

```
1 Status: 401 Not Authorization
2 {
3   "mensagem":"token inválido.",
4   "mensagemDetalhada":"Erro ao iniciar processo de assinatura."
5 }
```

```
1 Status: 403 Access denied
2 {
3   "mensagem":"Acesso negado!",
4   "mensagemDetalhada":"Cidadão não possui a identidade (Prata ou Ouro) necessária para uso da assin
5 }
6 }
```

```
1 Status: 408 Expired Session
2 {
3   "mensagem":"Sessão está expirada!",
4   "mensagemDetalhada":"Sessão está expirada, refaça o acesso."
5 }
```

```
1 Status: 500 Error not expected ???
2 {
3   "mensagem":"Erro inesperado",
4   "mensagemDetalhada":"Ocorreu um erro inesperado com a aplicação do Assinador Service"
5 }
```

```
1 Status: 403 Not Found
2 {
3   "mensagem":"Não foi encontrado processo de assinatura pelo id informado!",
4   "mensagemDetalhada":"Não foi encontrado processo de assinatura pelo id informado!"
5 }
```

```
1 Status: 404 Not Found
2 {
3   "mensagem":"access_denied",
4   "mensagemDetalhada":"Operação cancelada pelo usuário!"
5 }
```

Referências

- <https://manual-integracao-assinatura-eletronica.servicos.gov.br/en/latest/iniciarintegracao.html#orientacoes-para-testes-em-ambiente-de-homologacao>
- <https://manual-roteiro-integracao-login-unico.servicos.gov.br/pt/stable/iniciarintegracao.html#resultado-esperado-do-acesso-ao->

servico-de-confiabilidade-cadastral-selos

- <https://www.gov.br/iti/pt-br/central-de-conteudo/parecer-agu-pdf>
- <https://www.gov.br/iti/pt-br/central-de-conteudo/parecer-pdf/@@download/file/parecer.pdf>
- http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10543.htm
- <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=409786>
- <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/142535>
- <https://erikshimoda.medium.com/aumentando-a-seguran%C3%A7a-com-pkce-8b2c8c2e4b64>
- <https://www.rfc-editor.org/rfc/rfc7636>